



A pesquisa geográfica: nexos entre espaço, território, lugar e violência urbana¹

*The geographical research: connections among space, territory,
place and urban violence*

Paulo César de OLIVEIRA²

Resumo: Tendo em vista aprofundar o debate epistemológico acerca da Geografia, partindo da articulação teórica entre as noções de lugar, território, espaço geográfico e violência, o presente artigo visa cooperar na sistematização de princípios capazes de compor um diálogo específico do conhecimento geográfico sobre questões sociais, intermediado pelo emprego e formulação de critérios científicos abstratos, relacionados à violência urbana. A construção correlativa entre modelos teóricos de investigação das ciências, adaptados aos “novos” desafios contemporâneos, representa a própria busca da Geografia pelo amadurecimento constante e sistematizado de suas atividades intelectuais. Dessa forma, introduz-se o debate a partir da breve revisão bibliográfica sobre a concepção de violência e das relações de poder subjacentes aos agentes produtores do Território. Em seguida, é abordada de forma sintética a operacionalização entre os principais conceitos-chave geográficos, aplicados na interpretação socioespacial de fenômenos urbanos. E, por fim, propõe-se uma análise interdisciplinar da realidade, integrada às contribuições interpretativas geradas através das categorias de análises geográficas, enfatizando o entendimento das imbricações entre o real abstrato x real concreto, que integram o sentido de completude do mundo, considerado como um todo em movimento.

Palavras-chave: Epistemologia. Geografia. Violência. Medo urbano.

Abstract: In order to deepen the epistemological debate on Geography, based on the theoretical link between the notions of place, territory, violence and geographical space, this article aims to contribute with the systematization of principles that may try to establish a specific dialogue concerning geographical knowledge on social issues mediated by the employment and formulation of abstract scientific criteria related to urban violence. The correlative construction between theoretical models of different science fields research, adapted to the "new" contemporary challenges represent the very pursuit of Geography for the constant and systematized maturity of its intellectual activities. In this way, it is introduced a discussion based on a brief bibliographic review on the concepts of violence and the power relations underlying the production of a Territory concepts. Then, it is synthetically discussed the the operationalization among major geographic key concepts, applied in the socio-spatial of urban phenomena interpretation. Finally, it proposes an interdisciplinary analysis of reality, integrated interpretive contributions generated through the categories of geographical analysis, emphasizing the understanding of the overlaps with the abstract real x concrete real, comprising the sense of completeness in the world, considered as a whole in moving.

Keywords: Epistemology. Geography. Violence. Urban fear.

1 Este artigo é parte da Dissertação de Mestrado defendida no ano de 2013, no Programa de Pós-graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, intitulada A violência e o medo na configuração socioespacial do Bairro do Ibura de Cima, COHAB, Recife- PE.

2 Licenciado em Geografia pela FUNESO, Especialista em Educação ambiental pela AMSE, Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – PPGEO-UFPE. E-mail: geografo_paulo@hotmail.com

A violência urbana: um esforço reflexivo de interpretação interdisciplinar

Embora a maioria dos estudos geográficos relacionados à violência esteja frequentemente preocupada com a interpretação quantitativa de dados obtidos por meio das técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto, tornam-se relevantes análises abrangentes sobre o espaço, capazes de estabelecer mecanismos explicativos sobre questões urbanas e suas demandas identificáveis na paisagem urbana, sua dinâmica econômica, seus fluxos populacionais e o constructo simbólico que permeia a convivência entre os indivíduos.

Nesse sentido, em escala internacional ou local, o tema da violência urbana supera o contexto geográfico, passando a ocupar, especialmente, uma dimensão social abrangente das cidades contemporâneas. Não limitada apenas aos aspectos de localização e extensão do problema, muitos de seus rebatimentos territoriais são responsáveis por aglutinar contrastes ou (re)configurar a própria dinâmica socioespacial das cidades. Sendo assim, torna-se indispensável refletir a abrangência conceitual de tais processos interventivos em sistemas urbanos.

No âmbito acadêmico, Odália (1985) sintetiza que a violência urbana manifestaria uma natureza tão complexa que tornaria difícil sua delimitação conceitual precisa, na medida em que se encontra deflagrada, nas várias esferas do *ethos* urbano, assim, necessitando de maior cautela e abrangência para aqueles que pretendem avançar sobre seus estudos. Dessa forma, o conhecimento científico não limitou tempo e esforço na investigação, no aprofundamento e no reconhecimento de sua possível proveniência e formas de controle. Dentre as várias ciências envolvidas nesse debate, podemos distinguir a sociologia, a biologia, a genética, a psicologia, a antropologia, entre outras, que se destacam não só por suas cooperações metodológicas e conceituais, mas pelas diferentes perspectivas de abordagem defendidas.

Nesse sentido, Minayo e Souza (1998, p. 514-515) elenca algumas das correntes explicativas mais difundidas e seus principais fundamentos argumentativos, nas seguintes teses:

- a) Compreende a violência, enquanto um fenômeno de representação intrínseca à natureza humana, e, portanto, compatível com a deflagração de mecanismos instintivos de agressividade para a preservação da espécie. Os atributos biológicos como cor, raça, etc., seriam considerados determinantes da violência;
- b) Deduz que a conduta violenta deriva do modelo de desenvolvimento urbano-industrial característico das metrópoles, cujos efeitos disruptivos provocados pelos movimentos migratórios campo/cidade exporia a população migrante a condições desumanas. O urbano, a favela e a periferia seriam considerados lócus da violência e berço da barbárie;
- c) Percebe que as condutas e os processos de delinquência e/ou violência, representariam os componentes resultantes de uma espécie de estratégia de sobrevivência desenvolvida pelas camadas populares expropriadas, num estágio inicial da luta entre classes;

- d) A última atribui e vincula o aumento da violência, da insegurança e da criminalidade ao crescente esvaziamento do papel de autoridade máxima do Estado, enquanto instituição neutra, equânime e mantenedora da ordem e do bem-estar social, representada por seu aparato jurídico e policial.

Certamente que a violência evidencia suas sutilezas não apenas no campo semântico ou atitudinal dos indivíduos. Estudiosos das cidades contemporâneas relacionam seu alcance de intervenção como parte relevante de um “novo” padrão funcional e paisagístico das metrópoles. Tendo em vista a crescente dimensão material que a violência adquire no espaço, os enclaves territoriais ordinariamente expressos na paisagem por meio de grades, câmeras de vigilância, alarmes, cercas elétricas, muros, etc., revelam a disposição no território de objetos cuja ‘intencionalidade’ reflete os conflitos multi-dimensionais contidos na natureza frágil dos vínculos entre os moradores da cidade. E expõe outros níveis de degradação da condição de vida nos ambientes urbanos, pois:

O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido, numa cidade que progressivamente vai se cercado de muros (CALDEIRA, 2000, p. 27).

Concomitantemente, Waiselfisz (2004, p. 16) elenca também como características gerais da violência “a noção de coerção ou força; dano que se produz em um indivíduo ou grupo de indivíduos pertencentes à determinada classe ou categoria social, gênero ou etnia”, do mesmo modo, também se torna necessário observar a concepção de violência introduzida por Arendt (1994, 2000), cuja interpretação sobre o fenômeno se desenvolve no campo político. Seu debate traça aspectos dialéticos da materialização de episódios políticos em que a sociedade estabelece uma ligação imanente com o espaço geográfico e os princípios de poder e de violência. Hanna Arendt, em sua obra *Condição Humana*, faz um paralelo desses conceitos, reunindo alguns elementos consensuais relativos aos temas, e pondera que:

O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens. Estes só retém poder quando vivem tão próximos uns aos outros que as potencialidades da ação estão sempre presentes; e, portanto, a fundação de cidades que, como as cidades-estados, converteram-se em paradigmas para toda a organização política ocidental, foi na verdade a condição prévia material mais importante do poder (ARENDR, 1987, p. 213).

Na obra *Sobre a violência*, escrita em 1969, a supracitada autora aborda a noção de violência segundo uma perspectiva essencialmente instrumental, atrelada à imposição do poder. Desse modo, sendo considerada apenas como um meio pelo qual se alcança um

objetivo. Conforme essa concepção, nenhum poder legítimo poderia ser estabelecido unicamente pela ação de atos brutais. Portanto, “do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder” (ARENDR, 1994, p. 42). Assim, a filósofa estabelece uma veemente oposição conceitual entre poder e violência. Logo, onde um existisse o outro não poderia também estar, ou seja, ambos os conceitos estabeleceriam uma absoluta incompatibilidade empírica e conceitual sobre a vida social. Dessa forma, o poder não seria uma propriedade exclusiva de um indivíduo, mas um bem coletivo. Assim, “Poder corresponde à atividade não apenas para agir, mas para agir em concerto” (ARENDR, 1994, p. 33).

É evidente que o pensamento arendtiano não contempla as categorias de análise espaciais. Mas, sua abordagem, ao atingir um amplo desdobramento a partir de importantes aspectos constitutivos do espaço urbano, aprofunda o debate acerca de temas como dignidade humana, cidadania, direitos humanos, democracia, entre outros aspectos considerados fomentadores da vida pública e urbana. Contribui, assim, para reorientar as prioridades estratégicas na agenda dos planejadores urbanos e faz a própria análise geográfica ampliar suas discussões sobre os espaços urbanos afetados pela violência, superando a superficialidade dos dados. Ao passo que, “cada diminuição no poder é um convite à violência” (ARENDR 1994, p. 62-63). A análise filosófica arendtiana discerne o poder como resultado de uma construção coletiva e voluntária que “não necessita de justificativa”, sendo apenas consolidada, enquanto permanecem firmes os vínculos comunitários e a vida política ativa dos cidadãos (ARENDR, 1994, p. 40). Ou seja, a manifestação da violência desqualificaria o surgimento e a manutenção do poder autenticamente solidário, sendo considerada como seu indeferimento ao longo de vários momentos da história da humanidade. Arendt (2004, p. 44-45) destaca que a violência equivaleria à paralisação, à negação ou à eliminação do trânsito de poder nos espaços urbanos.

As imbricações entre as categorias de análise da geografia da violência e do medo urbano

Corrêa (2006, p. 16) esclarece que a evolução do saber Geográfico implica na operacionalização de uma linguagem específica que corresponde a um esforço de teorização resultante de vários momentos de discussões inerentes à sua formação enquanto ciência.

Dentro do Pensamento Geográfico, empregam-se cinco conceitos fundamentais (paisagem, lugar, território, região e espaço), considerados específicos de seu método. Esses conceitos seriam responsáveis por sintetizar uma “objetivação” particular sobre o mundo, especialmente por aludirem às transformações provocadas pela ação humana na superfície da terra. O uso criterioso de tais aplicabilidades conceituais, junto à análise socioespacial da violência, assegura à Geografia uma abordagem autônoma (sem prejulgamentos), ampla (sem omissões), mas pragmática, na busca de meios interpretativos sobre os fenômenos ou fatos geográficos, a saber:

Os fatos geográficos deveriam ser visíveis, mensurados, observáveis e experimentados. A Geografia passa a ser considerada uma ciência que estuda o espaço num contexto de integração das relações existentes entre sociedade/natureza. Suas pesquisas seriam realizadas por meio do emprego dos conceitos fundamentais de paisagem, lugar, região, território e de espaço, sendo este último, considerado o mais abrangente dentre as noções fundamentais para a análise Geográfica (MORAES, 1999, p. 25-26).

Vale ressaltar que, embora o presente estudo evidencie com maior ênfase apenas três desses conceitos: O espaço, o lugar e especialmente o território (estudado por sua rede de interações ou de territorialidades), para Corrêa (2006, p. 30), o conceito-chave de Lugar tem um significado de espaço vivido, ligado à experiência humana; e Território refletiria um processo de apropriação do espaço por um determinado grupo. Enquanto que o Espaço, objeto de estudo da Geografia, é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2002, p. 63).

Contudo, faz-se relevante pontuar as demais noções, a fim de se evitar equívocos semânticos. Para Gomes (2006, p. 62), o conceito de Região deriva da materialidade resultante das inter-relações realizadas entre ação antrópica e a natureza, também considerada, pelas formas distintamente localizadas, pela maneira que são realizadas. Santos (1996, p. 61-62) distingue a Paisagem como um conceito que está relacionado diretamente aos sentidos humanos, a tudo aquilo que pode ser percebido e apreendido da realidade de determinado espaço.

Como elemento operacional de análise da violência sobre recortes espaciais intraurbanos, utilizar-se-ão as concepções de Território/territorialidade sugeridos por Raffestin (1993, p. 144), cuja abordagem analítica de um território quase sempre assumiria representações da manifestação de poder, elemento constitutivo de toda relação humana. Sua inscrição no espaço seria estabelecida por intermédio da ação conduzida entre os atores sintagmáticos, responsáveis por produzir as formas apresentadas pelo conjunto estrutural, em decorrência das relações de força, realizadas para o desenvolvimento ou produção do próprio território. Ou seja, o território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. O resultado desse quadro de sistema territorial permite sintetizar imagens variadas da cidade, inclusive sobre a violência. Portanto:

As imagens territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território.
[...] Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’ (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Considerando tal viés interpretativo, as imagens territoriais da violência superam a percepção aparentemente estática das paisagens dos centros urbanos e ou em seus subúrbios, contextualizando em escala local o gradual sistema de complexas redes de pequenas violências, brutalidades, opressões e similaridades, que brandem mundialmente o modelo extraterritorial das cidades contemporâneas. O estudo das relações de poder inerentes aos processos de socialização, que produzem o território habitado, elucidam os detalhes coordenativos para a interpretação de suas questões. Escamotear as relações de poder territorializadas no espaço significa contar estórias pela metade. Ignorar na violência, suas relações subjacentes de poder, demarcadas nas imagens territoriais, produziria uma investigação limitada à sua dimensão material, sem apreender a verdadeira substância que ancora sua realização.

Para Raffestin (1993), o poder assumiria duas nuances: a primeira plenamente identificável e concernente às manifestações exercidas, “por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. Este seria o poder visível, macio e identificável”. Contudo, o mais ameaçador corresponderia àquele “[...] que não se vê, ou que não se vê mais porque se acreditou tê-lo derrotado, condenando-o à prisão domiciliar.” [...] “Tornando-se perene, pois não é mais visível, é consubstancial com todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Assim, a violência assume tantas sutilezas, quanto à origem do poder que a mantém.

Ou seja, a perspectiva de análise socioespacial proposta elenca uma abordagem analítica que se dispõe a identificar, no espaço, alterações no cotidiano em consequência da sensação de medo e da criminalidade violenta, subjacentes às relações de poder no território (expressa nas territorialidades). Emprega-se uma concepção ontológica de territorialidade não balizada apenas em redundâncias a respeito de “ligações espaciais”, mas busca-se compreender os detalhes que compõem os conteúdos que tecem suas relações de poder (simétricas e assimétricas), originadas numa “perspectiva tridimensional entre sociedade – espaço – tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Daí, ao longo do estudo proposto, mobiliza-se uma noção multidimensional de territorialidade, pela qual nos lugares e nos territórios construídos:

[...] se reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial e por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas as relações são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Uma abordagem sensível à vida diária, aos **fixos** estruturantes e aos **fluxos** dinâmicos presentes nas relações que condicionam as interfaces urbanas, salienta as microestruturas

e superestruturas sociais que garantem a manutenção de muitas, senão de todas as violências. Ou seja, é relevante reconhecer “[...] o espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixos, fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos.” (SANTOS, 1994, p. 110). Tal entendimento sobre a cidade e sua dinâmica ordinária, porém complexa, possibilita compreender a realidade e os fatores que podem condicionar ou mesmo prevenir o ato violento.

Certeau (1994) desenvolve uma noção não reducionista dessas ações diárias e do exercício de poder. Os detalhes contidos nas formas de convivência das cidades definem o verdadeiro papel transformador da realidade. Seria por meio das diversidades e simplicidades de gestos que se constituem nas ações mais ordinárias da vida diária que explicam a criação de códigos que estabelecem os vínculos entre o lugar e os indivíduos/entre o espaço e o cotidiano. Portanto, cabe também, dentro da investigação espacial nos recortes espaciais acompanhar no lugar sua relação com a violência e o medo, indagando o cotidiano:

[...] porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram os seus funcionamentos por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano; contrárias por não se tratar mais de precisar, como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da ‘vigilância’ (CERTEAU, 1994, p. 41).

Dessa forma, correlacionar horizontes epistemológicos sobre a compreensão de fenômenos complexos permite superar barreiras entre várias áreas do saber. Bezzi (2004, p. 38-39), acrescenta que a construção de um arcabouço teórico-metodológico de investigação, por parte da Geografia, reflete a própria evolução histórica do homem. Desde tempos imemoriais, foram as contribuições acumuladas nos primeiros postulados, constituídos durante o período clássico, que resultaram no progresso geral das ciências naturais contemporâneas. A junção analítica entre conceitos-chave e sua contextualização através das imagens territoriais da violência, podem destacar o desenvolvimento metodológico dos processos de determinação geográfico do conhecimento científico (dedução). Obtido, por intermédio de um modelo teórico que fornece correspondências empíricas, contudo, sem descartar suas relações dialéticas com o espaço vivido e reproduzido diariamente, mas não considerado como um sistema imutável.

A leitura pragmática do mundo sugerida pelo positivismo, corrente filosófica que “comparava a superfície da terra como um organismo vivo”, da qual a proposta das leis que regiam sua compreensão eram as semelhantes àquelas circunscritas aos organismos vivos e empregadas nos estudos empíricos sobre o espaço até os dias de hoje (CAVALCANTI; VIADANA, 2010, p. 13), realça também a ideia de que o imponderável é possível, na medida em que são os processos decisórios que alteram o espaço e suas

territorialidades, da mesma forma, a violência urbana sofre as influências oriundas das escolhas realizadas pelos agentes produtores do espaço. Ou seja, o modelo teórico geográfico sobre a violência não pode desconsiderar também as várias possibilidades que o território oferece em sua constituição, o papel criativo dos indivíduos e a força colaborativa das massas em torno da resolução de problemas coletivos.

Diante da complexidade operativa atingida pela abordagem geográfica sobre o fenômeno da violência urbana, não restrita apenas às determinações positivistas ou organicistas, resgata-se a definição sugerida por Santos (2002, p. 63) sobre o espaço geográfico, pela qual se busca atingir a interseção dos fenômenos sociais relacionados ao urbano. Trata-se de viabilizar a apreensão de particularidades englobadas na realidade, de acordo com uma (re)leitura dos fatos, que vise entendê-las como um painel misto e repleto de contrastes e dinâmicas próprias.

O entendimento associado entre as práticas sociais (sensação de insegurança, medo e desconfiança) “espacializadas”, por meio da aparente proliferação de elementos físicos (grades, muros altos e cercas) repletos de intencionalidades, implica elaborar uma teoria espacial por intermédio de experiências locais sobre o fenômeno da violência. No entanto, cabe incorporar ao debate uma noção de violência X espaço urbano, capaz de expressar o ângulo pelo qual é proposta uma reflexão geográfica sobre o problema em sua totalidade.

Geografia da violência e do medo: Uma proposta metodológica de análise do espaço

Tendo em vista a amplitude que o debate sobre a violência reúne nos ambientes urbanos, torna-se plausível relacionar as possíveis contribuições que a Ciência Geográfica pode fornecer na compreensão de problemas do mundo atual. Sobretudo, entendendo que em sua maioria os mesmos constituem fortes elementos territoriais. Perceber temas que comprometam a qualidade da vida nas grandes cidades é imprescindível para a elaboração de alternativas de entendimento ou de ajustes da realidade urbana. Sendo assim, o fenômeno da violência, por estar inserida ou se manifestar no contexto urbano, mesmo não sendo objeto de estudo geográfico, torna-se uma questão emergente para os geógrafos da atualidade, ao passo que sua análise encontra-se viabilizada pela natureza “metodologicamente heterogênea” da Geografia (GEORGE, 1972, p. 8-9).

Nesse sentido, o próprio George (1972) esclarece que a elaboração de teorias espaciais, sobre “fenômenos de interesse geográfico”, torna a interdisciplinaridade um fator indispensável para o desenvolvimento da pesquisa geográfica “pela aproximação com outras disciplinas”. Andrade (1989, p. 21-22) enfatiza que, da interação entre as várias áreas científicas do conhecimento, se promoveria não apenas o incremento do saber geográfico, mas esse processo estaria atrelado ao desenvolvimento simultâneo da Ciência.

Portanto, as interfaces geradas a partir da percepção sobre eventos sociais fazem do método geográfico um exercício reflexivo mais amplo de ponderação sobre a totalidade do mundo em que vivemos. Passando a integrar o entendimento de que o espaço geográfico produzido “[...] é solidariamente uma explicação da condição humana [...]” (GEORGE, 1993, p. 13). A análise socioespacial sobre a violência urbana situa-se num cenário de intenso diálogo com outras disciplinas. Cujas contribuições compartilhadas, além de resultarem na superação de fronteiras epistemológicas, implicam no enriquecimento do debate. A interdisciplinaridade torna-se um caminho essencial dentro da apreensão da problemática em questão, analisada conjuntamente em intercâmbio com outros elementos que compõem o mundo numa visão de totalidade. Santos (2004) acrescenta que

uma interdisciplinaridade que não leva em conta a multidisciplinaridade de aspectos com os quais se apresenta aos nossos olhos numa mesma realidade, poderia conduzir à construção teórica de uma totalidade cega e confusa, incapaz de permitir uma definição correta de sua parte, e isso agravaria, ainda mais, o problema de sua própria definição como realidade total (SANTOS, 2004, p. 141).

Outro aparato conceitual intrínseco ao método geográfico é a noção do mundo em sua totalidade. O esforço de explicação da realidade é atingido por meio da relação dialética entre suas partes interdependentes e simultaneamente integradas, que formam a unidade terrestre em movimento. O sentido de unicidade empregado pela análise geográfica não corresponde ao somatório impreciso de secções do espaço, mas sintetiza as complexas imbricações (entre o real abstrato x real concreto) que integram um sentido de completude do mundo. Ou seja, tal abrangência teórico-metodológica corresponderia a uma tentativa geográfica de estabelecer uma visão totalizante e não estática do mundo, cujos processos abarcados estão convergindo para uma relação efetiva entre a Totalidade-Mundo e os Lugares. Nesse sentido, concorda-se que:

A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é do que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes (SANTOS, 2002, p. 115).

Assim, a noção de Totalidade, renova e permite compreender no espaço geográfico o contexto de barbárie atual, não apenas como receptáculo, mas como dado ativo, pelo qual o homem está presente. O espaço tanto é receptáculo do trabalho humano como pode condicioná-lo. Portanto, discuti-lo empiricamente, por si só, seria insuficiente ou parcial, sendo necessária, para o aprofundamento dessa leitura, a aplicação das categorias analíticas internas, capazes de abordarem a natureza da dinâmica espacial e sua formação, a saber:

[...] Forma, função processo, e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem e moldam o espaço através do tempo. A descrição não pode negligenciar nenhum dos componentes de uma situação. Só se pode compreender plenamente cada um deles na medida em que funcionam no interior da estrutura total, e esta, na qualidade de uma complexa rede de interações, é maior que a mera composição das partes (SANTOS, 1985, p. 52).

Santos (1985, p. 52) adverte que tomadas separadamente, tais categorias representariam apenas perspectivas limitadas e parciais da realidade, resultando em abordagens arbitrárias do mundo. Consequentemente, incompatíveis com o quadro explicativo e sistemático sugerido pela investigação geográfica. Uma vez que o exercício interpretativo de fenômenos entre sociedade e espaço (socioespaciais) apresentam complexas peculiaridades, torna-se necessário uma base teórico-metodológica sólida capaz de fornecer, de forma coerente, não apenas uma síntese, mas uma linguagem própria a partir da província do saber geográfico.

Assim, o entendimento sobre as categorias de análise geográficas, emerge como um conjunto de importantes mecanismos de interpretação sobre o espaço geográfico, considerando seu processo de transformação. Sua aplicação indissociável pretende não apenas analisar os aspectos físicos de uma realidade, mas busca, inclusive, uma ampla aproximação sobre as sutilezas que compõem as “intencionalidades” representadas em cada objeto disposto em determinado tempo histórico de uma dada sociedade (SANTOS, 1996, p.17).

A análise em conjunto das categorias geográficas representa um esforço conceitual e concreto de compreender a realidade de forma mais aprofundada e menos descritiva dos fenômenos que a compõe. Sendo assim, torna-se importante conceituá-las:

A *forma* é o aspecto visível apresentado numa determinada paisagem. Representaria um esforço analítico sobre todos os objetos que compõem o espaço, e que interagem entre si.

A *função* seria toda a atividade humana exercida ou mediada pela forma. Ambas, forma e função estão diretamente atreladas, pois o sentido da função preexiste na forma e vice versa, na medida em que um objeto não subsistiria sem uma função determinada.

Enquanto que a “*estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção” (SANTOS, 1985, p. 50). Ou seja, ao se analisar determinada estrutura espacial, também devem ser consideradas as partes que a compõem e sua relação com as demais, não dispensando seu envolvimento com a dinâmica social pertinente a cada lugar. Assim, sua análise resultaria na explicação de “(...) um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes” (SANTOS, 1985, p. 17).

E, por fim, o *processo* seria uma categoria relacionada ao estudo das dinâmicas sociais. Visando compreender a condição histórica dos movimentos da sociedade e seus

resultados cumulativos de transformações ao longo dos períodos históricos da humanidade, corroborativos da formação atual da paisagem (SANTOS, 1985, p. 56).

Advindo da aplicabilidade de tais categorias sobre a análise da violência na paisagem, interpreta-se, por exemplo, através do acúmulo de objetos (formas) dispostos nos ambientes urbanos, especialmente representados por seus muros altos, grades e câmeras de vigilância, o emprego (função) de arranjos espaciais, não apenas capazes de prevenir a violência, mas também de segregar a convivência entre pessoas, limitando o diálogo. A maneira como esses objetos se combinam e formam um conjunto organizado (estrutura) indicam, por sua vez, a natureza predominante dos vínculos sociais e econômicos estabelecidos entre os moradores da cidade. Consequentemente a compreensão entre as várias dimensões da realidade, que constituem a mediação transformadora entre tempo/espaço, revelam o encadeamento contraditório X complementar que movimentam os fenômenos (re)produzidos pela sociedade ao longo de seu desenvolvimento, tornando o mecanismo de 'historicização' (processo) dos fatos, um fator essencial para interpretar a sociedade como um todo indissociável.

Considerações finais

Para Kosik, (2010, p. 54) o método científico representa a estratégia, o caminho ou o meio pelo qual se torna possível decodificar os fatos. Desse modo, o método geográfico representa um esforço de compreender a realidade concreta, refletindo de forma integral como a organização espacial é produzida em um dado momento histórico. As categorias de análise geográfica facilitam o entendimento objetivo sobre o espaço geográfico, superando a análise descritiva ou informativa do mesmo.

O espaço geográfico é a síntese das interações produzidas entre as formas e as funções acumuladas historicamente através da dinâmica social de processos difusos, intercambiantes, sobrepostos e opostos de cooperação, desenvolvidos por seus agentes produtores em um dado momento histórico sobre a superfície da terra. Por isso que o espaço geográfico é assinalado como objeto de estudo geográfico. Compreender seus movimentos e sua organização torna-se imprescindível para desvendar a realidade em sua essência. Decompô-la de forma sistemática torna-se viável por intermédio das categorias analíticas espaciais (forma, função, estrutura e processo), cuja finalidade permite romper com interpretações geográficas compartimentadas e descritivas, expondo os fenômenos sociais em sua totalidade, porém, torna-se imprescindível empregá-las de forma indissociável.

Partindo da abordagem teórico-metodológica dialética, o estudo do espaço e da violência considera a coexistência solidária e contraditória de pares dialéticos inerentes à constituição dos recortes espaciais. A apreensão de diferentes aspectos de cooperação e de conflitos desenvolvidos por variados agentes produtores do espaço conduz à elaboração do entendimento processual de unicidade sistêmica dos lugares em diferentes

escalas territoriais. Ou seja, a cidade permeada pela violência representa uma unidade complexa, complementar, segmentada e contraditória de sistemas de objetos e sistemas de ações em constante movimento.

Daí a importância de compreender como elas interagem de forma indivisível. Ademais, outro aspecto relevante sobre a questão da violência como foco de pesquisas geográficas revela-se pela possibilidade de o pesquisador extrapolar as interpretações produzidas sobre a realidade urbana baseado em médias estatísticas. O diálogo com o espaço possibilita, de forma pragmática e conceitual, o resgate da funcionalidade de elementos espaciais, no sentido de contribuir efetivamente para o processo de inclusão social. Assim, a pesquisa geográfica vincula-se ao debate construído acerca das imbricações e paradoxos que vicejam na realidade das periferias, por intermédio da aplicação de conceitos e categorias de análises geográficas, no intento de compreender e analisar a dinâmica socioespacial que permeia o território, o lugar ou o espaço, em suas várias escalas.

Referências

- ANDRADE, Manoel Correa de. **Geografia econômica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- _____. **Recife**: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1979.
- ARENDR, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CAVALCANTI, A. P. B.; VIADANA, A. G. Fundamentos históricos da geografia: contribuições do pensamento filosófico na Grécia antiga. In: GODOY, P. R. T.(Org.) **História do pensamento geográfico e epistemologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- BEZZI, M. L. **Região – uma (re) visão historiográfica**: da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano I**: as artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CORRÊA, R. L, CASTRO, I. E.; P. C. Gomes. (Orgs.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GEORGE, Pierre. **Homem na terra geografia em ação**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1993.
- _____. **Métodos da geografia**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

- GOMES, C. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2006.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 513-531, fev. 1998.
- MORAES, Antonio Carlos Roberto. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 17. ed. 1999.
- ODALIA, N. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil. Versão para web. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2013.

Recebido em: 21/10/2014

Aprovado em: 03/12/2014

Para referenciar este texto:

OLIVEIRA, Paulo César de. A pesquisa geográfica: nexos entre espaço, território, lugar e violência urbana. **Lumen**, v. 23, n. 1, p. 89-101, jan/jun.2014.